

PERCEPÇÕES DO PODER PÚBLICO E DA INICIATIVA PRIVADA SOBRE POSSIBILIDADES E DESAFIOS DO TURISMO COMO PROMOTOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL EM POUSO REDONDO/SC

Antônio Roney Regis da Silva (Mestre em Desenvolvimento Regional – PPGDR/FURB – Universidade Regional de Blumenau);

Clóvis Reis (Doutor em Comunicação, Professor do PPGDR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do PPGD - Programa de Pós-Graduação em Direito da FURB - Universidade Regional de Blumenau).

RESUMO

Através da realização de entrevistas semiestruturadas, devidamente analisadas, conseguiu-se detectar dados importantes sobre como poder público e iniciativa privada percebem as potencialidades e os desafios para que atividades ligadas ao turismo sejam implantadas e consolidadas no município catarinense de Pouso Redondo. A maioria dos atores entrevistados considera haver potencial, mas que este não é fomentado como deveria e muito falta para tornar-se realidade. Os resultados aqui apresentados são parte de uma investigação mais ampla a qual compõe uma dissertação de Mestrado, cujo objetivo foi analisar o potencial turístico do município supramencionado, ponderando suas implicações para o Desenvolvimento Regional Sustentável e também propor alternativas de desenvolvimento turístico, apontando atrativos naturais com potencialidade para tal.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Turismo. Sustentabilidade. Pouso Redondo.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO, HISTÓRIA E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Pouso Redondo está localizado no Alto Vale do Rio Itajaí-açu, no estado de Santa Catarina. Trata-se de um município com estimados 17.453 habitantes no ano de 2019 (IBGE). Dados do recenseamento de 2010 apontavam 14.810 habitantes. Faz divisa com Rio do Oeste, Trombudo Central, Braço do Trombudo, Mirim Doce, Taió, Otacílio Costa e Ponte Alta. Dista cerca de 230 quilômetros de Florianópolis, considerando trajeto via rodovias SC-350 e BR-282.

Em 1970 a população total era de 10.666, sendo 1.483 na área urbana (13,9%) e 9.183 (86,9%) na área rural, ocorrendo uma inversão dessa configuração que chega em 2010 a 9.024 urbanos (60,9%) e 5.786 rurais (39,1%). O dado referente à população em

2019 é uma estimativa, onde o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) informa que em estimativas, não se apresenta a especificação se habitantes de zona rural ou urbana, mas prossegue a tendência de concentração da população na área urbana do município.

Em 2018 a Agricultura participou economicamente com R\$111.377.986 ou 30,4% do total, o comércio com R\$ 60.239.061(16,4%), a indústria totalizou R\$ 162.542.457 (44,4%) e o setor de serviços R\$ 32.069.472 (8,8%), no geral a soma atinge então R\$ 366.228.977 (AMAVI, 2020). Observa-se que a agricultura mantém sua tradicional importância socioeconômica, mas é o ramo industrial que tem maior participação na riqueza produzida com 44,4% do total.

Nos dados pesquisados o turismo não aparece como uma atividade econômica representativa, na verdade ele não aparece, podendo, talvez, estar diluído como comércio ou prestação de serviços.

Figura 1: Localização do município de Pouso Redondo em mapa de Santa Catarina.



Elaboração: Raphael Lorenzeto de Abreu (2006).

Apesar de supostamente bandeirantes e missionários terem passado pela região onde hoje se situa Pouso Redondo nos séculos XVII e XVIII, o processo histórico de formação tem no início do século XIX momento importante, registrando-se que tropeiros que conduziam gado da região de Lages, Curitiba e do Rio Grande do Sul para Ibirama, Blumenau e Itajaí, pousavam em uma clareira de forma arredondada onde atualmente se situa o trevo de acesso a Taió, originando o nome do município. As estalagens que davam apoio logístico para os tropeiros formaram a sede que em 1928 tinha uma barreira para arrecadação de tributos: ficando a meio caminho entre o Planalto Serrano e o Litoral tornou-se parada frequente.

Ainda no século XIX, constituindo lugar de passagem das tropas de gado conduzidas por tropeiros, formou-se um pouco acima da sede do atual município uma clareira no meio da mata, que servia como lugar de parada dos tropeiros para descanso e pouso das tropas. Essa clareira tomou forma arredondada e era circundada por um pequeno córrego, o que facilitava e muito a permanência dentro dos seus limites de bom número de animais. (...) Desse local de pouso de forma arredondada nasceu o topônimo “Pouso Redondo”. A pequena vila que ali se formou com esse nome estava à distância aproximada de 2,5 quilômetros da atual cidade de Pouso Redondo. Onde hoje está a cidade formou-se outra pequena vila, que levou o nome de “Barreira”, pois na década de 1920, na sua segunda metade, o governo do estado mandou que ali fosse criada uma “barreira” para arrecadação de tributos, pois constituía-se passagem obrigatória para quem tomasse direção à Serra ou ao Vale do Itajaí e Litoral. Com o passar dos anos, o crescimento enquanto núcleo habitacional foi maior na Barreira, atraindo para si a sede do distrito criado em 1933, com o nome de Pouso Redondo (CRISTOFOLINI, 2000, p.15).

Em 1894 a ocupação ganhou impulso decisivo, quando Hermann Bruno Otto Blumenau, que era quem coordenava a equipe que designava pessoas e áreas de colonização no vale do rio Itajaí, encarrega Augusto Peters da construção de uma linha telegráfica até Lages, aumentando a partir da segunda década do século XX, sendo iniciada por alemães, seguidos por húngaros, italianos, poloneses e portugueses (ou descendentes dessas etnias) principalmente.

O Distrito mencionado acima (de Rio do Sul) foi emancipado em 1958 (instalação em 23 de julho daquele ano). Foi nomeado Arthur Claudino dos Santos como prefeito, pelo então governador Heriberto Hülse. Querino Ferrari foi o primeiro prefeito eleito, tomando posse em 1959. A primeira escola do município foi fundada em 01 de março de 1932, sendo a atual Escola de Educação Básica Prefeito Arno Siewerdt.

Busca-se, com este trabalho, dar maior visibilidade social para as potencialidades turísticas de Pouso Redondo/SC, foco da pesquisa empírica, apontando alternativas, viabilidade ou não de projetos de desenvolvimento local/regional sustentáveis, com base nos recursos naturais.

Desse modo, poder-se-ia, futuramente, contribuir com processos de elaboração de políticas públicas para a efetivação de modelos de aproveitamento e uso dos recursos que garantam eficiência econômica, geração de emprego e renda, caminhos para o empreendedorismo público e/ou privado, com justiça social e oportunidades para as populações locais. Tal possibilidade teria o meio ambiente como principal atrativo. O esboço de um roteiro turístico poderia ajudar no desenvolvimento de atividades que contribuam com

o desenvolvimento turístico sustentável local, sendo uma das primeiras tentativas nesse sentido para a região delimitada.

Intenta-se também contribuir com a reflexão sobre turismo e sustentabilidade, já que o turismo pode ser uma alternativa para o desenvolvimento local, desde que pensado e desenvolvido de modo a contribuir para o bom desenvolvimento, sabendo-se que tem impactos tanto positivos quanto negativos e se ficar demonstrado que impactos negativos superam os positivos, então se deve até mesmo aconselhar que este não seja implantado, pois não se objetiva agravar situações de fragilidade social e problemas ambientais que se observam no sítio delimitado para este trabalho.

2 METODOLOGIA

O turismo em Pouso Redondo atualmente aparenta ser uma atividade de pouca relevância, tanto econômica, quanto socialmente, mas a ponderação é no sentido de ser uma alternativa agregadora, que contribua para o desenvolvimento sustentável municipal e regional (pensando-se em termos de construção de circuitos turísticos para áreas vizinhas), respeitando a preservação do meio ambiente, resgatando costumes, cultura e história locais e como possibilidade de dinamização econômica e de inclusão social.

Muito poucos trabalhos científicos tanto no campo do desenvolvimento regional quanto do turismo, foram realizados na área enfocada, portanto, busca-se lançar subsídios para futuras pesquisas.

A abordagem que deve ser dada ao turismo sustentável é a de direcioná-lo operacionalmente ao planejamento futuro, com esforços sistemáticos para consolidação de melhores condições na qualidade de vida de comunidades locais, na organização econômica e na conservação do meio ambiente. Para se consolidar como atividade responsável e ambientalmente adequada, é necessário o planejamento turístico integrado ao desenvolvimento regional, envolvendo a participação ativa da população local, tanto no processo de definição dos objetivos, como na elaboração de instrumentos, procedimentos e de indicadores para análise da sustentabilidade e gestão do desenvolvimento local do turismo sustentável (HANAI, 2011, p.224).

Serão enfatizados neste artigo os dados conseguidos via entrevistas semiestruturadas com análise de conteúdo, onde se puderam detectar percepções de representantes da gestão municipal, da iniciativa privada e da AMAVI (Associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí).

A entrevista é um processo comum em trabalho de campo, onde é necessário identificar informações por meio do discurso dos atores sociais: “não significa uma conversa

despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos/objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (CRUZ NETO, 2002, p.57). O pesquisador detectará a necessidade de mais entrevistas ou não, quando as informações passam a ser repetitivas, perdendo sua relevância (DENCKER, 1998).

Especificamente entrevistou-se prefeito; vice-prefeito; secretário de gabinete; assessor de comunicação social; secretário de planejamento e meio ambiente; engenheiro agrônomo; engenheira florestal; ex-diretor do “departamento de turismo e eventos”; ex-secretário de “cultura e turismo”; representante da AMAVI (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí); presidente da AEPR (Associação Empresarial de Pouso Redondo); diretor de qualificação profissional, cultura e turismo da AEPR; presidente do CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) local; presidente da Cooperativa de Crédito Rural e Interação Solidária (CRESOL) local.

Os entrevistados não serão citados nominalmente neste trabalho, devido objetivar-se aproximação com dados gerais que estavam dispersos e que foram complementados com pesquisa bibliográfica, documental e observação participante. Todas as entrevistas foram realizadas após contato prévio, atendo-se a questões de distanciamento e uso de máscara quando presenciais, tendo sido feitas três delas via telefone, devido à situação de pandemia. Tratando-se de pesquisa qualitativa, exploratória e aplicada, almejou-se que os entrevistados ficassem a vontade para discorrer livremente sobre as indagações, permitindo maior flexibilidade para aprofundar ou confirmar determinadas informações apresentadas, porém não sendo perdido o foco dos objetivos da pesquisa, contribuindo para isso um roteiro pré-estabelecido de questões.

Os resultados apresentados a seguir são as conclusões parciais de uma pesquisa mais ampla, a qual compõe uma dissertação de Mestrado, cujo objetivo foi analisar o potencial turístico do município enfocado, ponderando suas implicações para o Desenvolvimento Regional Sustentável, além de propor alternativas de desenvolvimento turístico, apontando atrativos naturais com potencialidade para tanto.

3 TURISMO EM POUSO REDONDO PARA O SETOR PÚBLICO

No site da prefeitura municipal o *link* “Governo” direciona para “Estrutura de Governo”, constando entre as secretarias a de: “Desenvolvimento Rural e Indústria, Comércio, Turismo e Eventos”, sendo esta apresentada como: “Secretaria responsável pelo cadastro e divulgação da rota turística e de eventos, auxiliando também os setores da

indústria e do comércio”, e que haveria um “Diretor do Departamento de Turismo e Eventos” (POUSO REDONDO, 2020).

Na prática, constatou-se que não existia ninguém respondendo pela área do turismo, que em Pouso Redondo ainda seria fraco, que a prefeitura teria que dar conta de muitas demandas (ENTREVISTADO A, 2020) e que devido, também: “à questão de gastos... existem outras prioridades” (ENTREVISTADO C, 2020).

Detectou-se nos discursos que o turismo possa ser uma alternativa de geração de renda e de prevenção ao êxodo rural, por exemplo, mas que isso é uma coisa a ser pensada adiante, não sendo uma realidade agora. Sugeriu-se que sejam prestadas assessorias e cursos sobre o assunto, já que existe pouco conhecimento a respeito e que não é levado a sério, hoje em dia, como uma alternativa socioeconômica factível (ENTREVISTADO B, 2020).

Citou-se ainda que a prefeitura pode atuar mais enfaticamente na oferta de infraestrutura de acesso, como boas estradas, por exemplo, mas que em se tratando de propriedades particulares, os proprietários também teriam que querer e ser capacitados a respeito da possibilidade de aproveitamento turístico, e que atuações conjuntas público-privadas poderiam dar frutos. Percebido que está se valorizando “um pouco mais produtos coloniais” e que se Pouso Redondo tivesse consolidado um roteiro turístico isso seria bom: ser conhecido por suas belezas naturais e riquezas culturais e não por outras situações que confeririam hoje uma má imagem ao município, não sendo especificado o que exatamente estaria prejudicando essa imagem (ENTREVISTADO A, 2020; ENTREVISTADO B, 2020).

Foi arguido de que não adianta ter belezas naturais ou um museu (em negociação para implantação em casa dos herdeiros do primeiro intendente distrital) se não tiver infraestrutura turística adequada, como vias de acesso, sinalização e pousadas. O turismo pelo que se depreendeu é algo secundário e não prioridade, porque o município estaria carente em muitas outras áreas. Isso teria que começar a ser pensado, daqui em diante, praticamente do zero (ENTREVISTADO A, 2020).

Esse discurso foi escutado outras vezes e a resposta quando se fala em turismo é de que nunca nada de relevante foi feito nessa área, tendo iniciativas isoladas, não obstante o município ter (supostamente) uma posição geográfica privilegiada, próximo às nascentes do Rio Itajaí (Vale), sendo cortado pela Serra Geral e fazendo limite com o Planalto Serrano catarinense, o que faria com que tivesse presumivelmente muitas belezas naturais (ENTREVISTADO D, 2020).

Um entrevistado diz que o município não tem muito potencial para turismo, citando três cachoeiras em propriedades privadas. Teria, além disso, a “Santa” (Nossa Senhora da Salete), “que não chama muito a atenção”. Seria um município fraco em termos turísticos,

que apresenta, em seu modo de ver, poucas atrações e que teria que ter atrativos a mais. Sobre não ter ninguém nas pastas (nem mesmo tais pastas existiam quando da realização da pesquisa), reafirma que o potencial é “fraco e restrito”, mas que seria melhor ter alguém à frente (ENTREVISTADO E, 2020).

Em outra entrevista detectou-se que seria “precário o turismo em Pouso Redondo”, que existem poucas iniciativas, que tem potencial em áreas pouco conhecidas, citando caso no interior do município onde o proprietário quer viver “daquilo”, fazer *camping* e trilhas, que estiveram lá e que este tem intenção de viabilizar para visitaçã. Haveria uma cachoeira com mais de cento e vinte metros de altitude e orientaram o indivíduo a pensar em registrar-se como MEI (Microempreendedor individual), uma vez que este manifestou interesse em obter renda dos atrativos naturais do local. Foram feitas nesse mesmo lugar imagens com *drone* (ENTREVISTADO D, 2020; ENTREVISTADO F, 2020; ENTREVISTADO G, 2020).

Uma pessoa entrevistada alega que chegou a integrar equipe que estava tentando “movimentar alguma coisa nesse campo do turismo”, mas que, depois, houve solicitação de “auxiliar em outras áreas”. Orientaram sobre construção de restaurante nas proximidades de outra cachoeira - que não a mencionada acima - respeitando a A.P.P. (Área de Preservação Permanente) e que obras ali precisariam de licenciamento específico, pois, intervenções mal feitas desvalorizariam o próprio atrativo. Sugeriram que trilhas e “arvorismo” dentro da A.P.P. fossem bem pensadas e que se fizessem nessa área atividades de menor impacto possível ao ambiente (ENTREVISTADO G, 2020).

Estaria ocorrendo pressão acentuada sobre remanescentes de mata nativa, no sentido principalmente de implantação de pastagens e reflorestamento com espécies exóticas, como pinus e eucalipto. Que mesmo em áreas com empreendimentos estabelecidos, a “mata nativa” fica nas proximidades dos cursos d’água e os arredores sofrem pressão no sentido de desflorestamento e que apesar de tais locais terem alvarás de funcionamento da prefeitura, não tem licenciamento ambiental, sendo difícil lidar com essa questão (ambiental), pois qualquer pedido de adequação gera resistências dos proprietários (ENTREVISTADO G, 2020).

Para todo empreendimento seria necessário licenciamento ambiental e que é preciso bem orientar as pessoas para não prejudicar o próprio atrativo, que é a beleza e qualidade ambiental e observou-se que no Brasil, está ocorrendo um processo de desmatamento e destruição de recursos naturais a olhos vistos, mesmo em áreas que, teoricamente seriam protegidas pela legislação e que esse não é um fenômeno que estaria ocorrendo só na Amazônia ou no Pantanal, mas que pode ser percebido localmente (Bioma Mata Atlântica) (ENTREVISTADO F, 2020; ENTREVISTADO G, 2020).

Apesar da legislação, haveria um “impulso para desmatar”, estando em risco mesmo áreas de reserva legal, de 20% das propriedades. Em 2019, não se solicitou nenhum pedido de licenciamento ambiental, mas que tiveram quatro documentos emitidos devido intervenções e embargos da Polícia Ambiental sobre atividades predatórias ou “ilícitos ambientais”. Também outras situações que não necessariamente tiveram intervenção da Polícia Ambiental (ENTREVISTADO G, 2020).

Os agricultores acreditariam que, como a área foi desmatada pelos antepassados, não é necessário licenciamento ou manejo de vegetação secundária ou terciária e nem dos remanescentes de mata nativa, quando, legalmente, isso é determinado. Teoricamente, existe amparo, mas na prática impera “um jeitinho”, que leva a pensar e agir no sentido de burlar a legislação, o que coloca em risco tanto remanescentes de mata nativa, quanto cursos d’água, gerando, além disso, outros problemas, repercutindo na temperatura, chuvas e clima. Teria também implícito, uma impressão, de que nada vai ocorrer e que se ocorrer, mesmo gerando processos judiciais: “vamos ver no que vai dar depois” (ENTREVISTADO G, 2020).

Outro informante asseverou, contudo, que “não ocorre desmatamento no município”, pois se ocorrer é acionado a Polícia Ambiental. Segundo esse ponto de vista, o que pode acontecer, talvez, é a retirada de vegetação aos poucos, “pelas beiradas” para implantar lavouras, pastos e reflorestamentos, principalmente. O município ainda teria 27% de “cobertura vegetal nativa” e em termos de mata ciliar, houve até mesmo aumento da cobertura nos últimos anos (ENTREVISTADO H, 2020).

Em uma entrevista foi dito que houve tentativa de viabilizar o Conselho Municipal de Turismo, que reuniria trinta pessoas, representativas de vários segmentos e que este estaria formado “no papel”, mas não operativo “de fato”. No ano de 2019, foi elaborado um Plano Municipal de Turismo, pensando em um horizonte de dez anos, porém este não teria passado pelos trâmites de análise do setor jurídico da prefeitura e nem, tampouco, pela câmara de vereadores (ENTREVISTADO F, 2020).

Turismo e cultura apresentariam muitas interfaces e dever-se-ia trabalhar juntos os dois setores. Na AMAVI existe o Colegiado de Cultura e o Colegiado de Turismo, mas acaba que estes atuam conjuntamente e que em Pouso Redondo existe no papel um Conselho de Cultura que não funciona na prática (ENTREVISTADO E, 2020; ENTREVISTADO F, 2020).

Pouso Redondo teria potencial para se pensar em roteiros que unam turismo rural, de natureza, de aventura, cultural, existindo possibilidades reais de que determinados atrativos, melhor trabalhados, possam ser registrados no CADASTUR (sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo) e que o turismo

poderia ser uma alternativa para a agricultura e a pecuária, mas ainda não é encarado com a seriedade devida (ENTREVISTADO F, 2020).

Muitos ainda teriam a mentalidade da “monocultura tradicional”. Programas como “Acolhida na Colônia” e “Caminhos do Campo” poderiam ser implantados, aliados, por exemplo, à produção orgânica, que seria um atrativo a mais e algo que acrescentaria qualidade para turistas. Há algumas iniciativas de produção agroecológica no município, que, inclusive, poderia ser mais incentivada. O turismo seria uma forma de “agregar valor” às coisas produzidas no meio rural, pois a gastronomia local seria rica, variada e saborosa e que se pode pensar em termos de propiciar trilhas, cavalgadas, belas paisagens, rapel, tirolesa, *campings*, etc. (ENTREVISTADO F, 2020).

Foi citado que a exemplo do saneamento, porque fica no subsolo, projetos de desenvolvimento turístico também não rendem votos, sendo esse um motivo forte de não irem adiante (ENTREVISTADO F, 2020).

4 TURISMO EM POUSO REDONDO : PERCEPÇÕES DA INICIATIVA PRIVADA

Foram entrevistados empresários e dirigentes de entidades representativas como AEPR (Associação Empresarial de Pouso Redondo), CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) e CRESOL (Cooperativa de Crédito Rural e Interação Solidária), para tentar identificar tanto como enxergam a possibilidade de efetivação de projetos turísticos, quanto como a iniciativa privada poderia contribuir nesse processo.

Foi salientado que o município teria uma localização geográfica “favorável”, sendo ponto de ligação e passagem para muitas pessoas não só em nível estadual, como também considerando sua posição no sul do Brasil e no MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e que existiria um grande potencial para empreendimentos turísticos em Pouso Redondo, onde o poder público deveria atuar para providenciar boa infraestrutura, bem como apoio e capacitação para que pessoas possam desenvolver iniciativas no ramo turístico. Ponderado que é um lugar de passagem para praias e que isso poderia ser um ponto positivo, ofertando atrativos locais para um público que passa pela cidade (ENTREVISTADO I, 2020; ENTREVISTADO K, 2020).

Poder-se-ia trabalhar através de roteiros que envolvam atrativos naturais, culturais, rurais, gastronômicos, etc., mas é preciso pensar na questão dos transportes e locomoção para tais locais, bem como restaurantes e acomodações (hotéis, pousadas) adequadas e de boa qualidade. Além disso, seria preciso qualificar as pessoas para a atividade, com base na crença de que uma vez iniciadas, bem orientadas e com a percepção de que os

empreendimentos são lucrativos, as coisas caminhariam bem e se desenvolveriam (ENTREVISTADO I, 2020; ENTREVISTADO L, 2020).

O turismo poderia ser uma atividade que viria somar às práticas agropecuárias já consolidadas, podendo render bons frutos iniciativas que fortaleçam uma visão empreendedora dos agricultores. Foi defendida a valorização da cultura dos imigrantes descendentes de europeus de forma geral, principalmente alemã e italiana, devido ao maior número de descendentes dessas etnias no município (ENTREVISTADO I, 2020). Também citado, que, além disso, dever-se-ia trabalhar a questão da história local, não esquecendo a contribuição dos tropeiros (ENTREVISTADO J, 2020).

O ponto inicial seria “por a cidade no mapa” e “fazer um estudo do que se vai oferecer”, sendo muito importante ofertar “um bom cardápio”, boa infraestrutura e bons serviços. A partir de um levantamento bem feito e a confecção de um bom roteiro - buscando auxílio de quem tem *expertise* para tanto - outras situações podem surgir e empreendimentos podem ser agregados. Isso passaria também pela feita de boa publicidade sobre os atrativos (ENTREVISTADO I, 2020).

Assevera-se que não é pleiteado que o poder público faça tudo, mas que este precisa atuar na gestão das ideias, não precisando entrar com grandes aportes de dinheiro ou capital, mas servir como ponto de articulação para que empreendedores administrem adequadamente seus negócios. Um exemplo seria na questão das “belezas naturais”, orientar onde e como podem construir, quais áreas devem ser preservadas (normas ambientais), como fazer adequadamente esgotamento sanitário e que deveria existir uma Secretaria de Turismo para elaborar e tocar os projetos (ENTREVISTADO I, 2020).

Questões estratégicas precisariam ser devidamente consideradas, como qual clientela e objetivos e isso passaria por boas orientações e capacitações para fornecer nortes claros e exequíveis, porém considera-se que falta vontade e iniciativa. Deveriam ocorrer parcerias entre o poder público e a iniciativa privada para concretizar ideias e projetos (ENTREVISTADO I, 2020; ENTREVISTADO K, 2020).

Sobre a questão das vias de acesso, ainda em aberto está a demanda de que a rodovia BR-470 seja duplicada. Além disso, a estrutura da antiga Estrada de Ferro Santa Catarina poderia ser reativada, pois essa seria uma alternativa de deslocamento importante para passageiros e cargas na região do Vale do Itajaí (ENTREVISTADO I, 2020).

No quesito transportes, além de melhorias no aeroporto de Navegantes, que estariam sendo efetuadas, poder-se-ia pensar em mais utilização dos aeroportos de Blumenau, Lontras/Rio do Sul e Correia Pinto/Lages e que uma melhor interligação entre as cidades da região favoreceria atividades econômicas de maneira geral, bem como turísticas (ENTREVISTADO I, 2020).

As universidades poderiam auxiliar na capacitação e efetivação de projetos na área turística, com a organização e qualificação de roteiros, para que futuramente possam ser ofertados pacotes turísticos. Foi pontuado que pessoas de centros maiores buscam hoje destinos que ofereçam contato com a natureza, o modo de vida rural e possibilidades de calma e tranquilidade, muitas vezes difíceis de encontrar em ritmos contemporâneos de vida urbana (ENTREVISTADO I, 2020).

Poderiam ser efetivadas redes organizadas que envolvam também, venda de *souvenirs* e produtos da gastronomia típica local, como vinhos e queijos, por exemplo. O acompanhamento da produção agrícola poderia ser um atrativo, inclusive com visitas às “arrozeiras”, também a algumas cerâmicas locais que atuam hoje com alta tecnologia e outras empresas, como queijarias (ENTREVISTADO I, 2020).

No geral, existem atrações no município, mas é preciso que se inicie de algum lugar e que as iniciativas teriam efeito multiplicador, todavia é preciso entender a dinâmica e começar a ver essas potenciais oportunidades com viés de negócio. É possível fazer acontecer, sendo imprescindível ter pessoal com *expertise* para orientar, com noções adequadas e vontade de fazer (ENTREVISTADO I, 2020).

Surgiram nas entrevistas recorrentemente observações de que há potencial turístico, mas que este não é valorizado, nem fomentado como deveria. Sobre belezas naturais, seria feita pouca divulgação. As mídias digitais poderiam ser mais utilizadas para essa finalidade. Existe um potencial latente, sendo preciso incentivar e fomentar (ENTREVISTADO I, 2020; ENTREVISTADO J, 2020; ENTREVISTADO K, 2020; ENTREVISTADO L, 2020). Sobre as cachoeiras ao pensar-se em utilização turística não se deve esquecer que tem um risco inerente, então a questão da segurança não pode ser negligenciada (ENTREVISTADO K, 2020).

Uma pessoa diz que visitou mais de vinte cachoeiras locais, que tem um óbvio potencial pouco explorado, fazendo comparativo com o município de Urubici, que teria a atividade turística bem melhor organizada. Em Pouso Redondo faltariam pousadas, hotéis, vias de acesso, sinalização, materiais impressos que orientem sobre as atrações existentes. Um site poderia ser viabilizado (ENTREVISTADO L, 2020; ENTREVISTADO K, 2020). Na região do Alto Vale, foi citado Presidente Getúlio, como estando à frente na questão turística (ENTREVISTADO K, 2020).

Faltaria orientação de como explorar o turismo e fica-se só nas atividades tradicionais já estabelecidas (“não que não sejam importantes”) de agricultura e pecuária, sendo que o turismo poderia ser um algo a mais para gerar oportunidades e incrementar a renda dos munícipes, porém esta atividade está marginalizada na cadeia produtiva local (ENTREVISTADO L, 2020).

Seria preciso bastante investimento para que o turismo possa ser uma realidade em Pouso Redondo. Precisaria existir um “circuito preparado”, mas que ainda não tem muita coisa nessa direção. Também articular, fomentar e integrar com outros circuitos ou municípios do Alto Vale, porque Pouso Redondo ficou muito tempo fora da organização do turismo na região. Foi “deixado a desejar” nessa área, não foi posto foco nisso, e agora caso se queira desenvolver alguma coisa será preciso bastante organização (ENTREVISTADO J, 2020).

Precisaria o poder público fomentar, ter alguém à frente para “provocar a organização social que precisa de um impulso inicial”. Poder-se-ia pensar em roteiros integrados, podendo, por exemplo, unir “propriedades agroecológicas” com “cachoeiras” e outros atrativos. Seria importante “mapear áreas de potencial atrativo turístico”, podendo ser histórico, cultural, rural, de natureza (ENTREVISTADO J, 2020).

5 TURISMO EM POUSO REDONDO : REPRESENTANTE DA AMAVI

Representante da AMAVI (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí) percebe que tanto o setor de turismo, quanto o de cultura em Pouso Redondo estão abandonados, não tendo ninguém que cuide. Não existiriam pastas para essas áreas. A comunidade, que precisaria estar engajada no processo, até vê potencial e gostaria de ter viabilizado o turismo, mas não percebe da parte das gestões iniciativas para alavancar o setor. Informado que a AMAVI presta assessoria “se demandada”, mas que não pode “impor” políticas ou atuar se não existe interesse da parte do município afiliado (ENTREVISTADO M, 2020).

Quanto a atrativos naturais existem iniciativas isoladas (três foram citadas). A cidade teria “um hotel”, alguns restaurantes e panificadoras. Existiriam criadores de ovelhas e cabras e possivelmente deve haver produção de vinhos e cachaças artesanais: “O potencial poderia ser melhor aproveitado, sendo a porta de entrada do Alto Vale do Itajaí” (ENTREVISTADO M, 2020).

Além de promover “embelezamento” e “infraestrutura adequada”, seria preciso que a gestão pública visualize como um negócio ou uma possibilidade de desenvolvimento sustentável e que neste sentido esta “vem deixando a desejar”. Não obstante ser papel também da iniciativa privada desenvolver o turismo é preciso que o poder público “oriente, puxe, norteie, incentive” e este chamamento de empreendedores e comunidade caberia à prefeitura e estaria faltando. Em acréscimo, foi opinado que Pouso Redondo seria uma cidade de passagem e que sua imagem “não é muito boa”: o turismo poderia melhorar isso, a partir do momento que as pessoas conhecessem atrativos e potenciais que ficam ocultos “mais para o interior do município” (ENTREVISTADO M, 2020).

No Alto Vale do Itajaí não se perceberiam tantos impactos negativos do turismo porque este não é muito desenvolvido, caso a demanda aumentar, aí sim se precisariam de planos de manejo e de impacto ambiental, por causa da necessidade de se avaliar adequadamente capacidades de carga (ENTREVISTADO M, 2020).

O turismo é pensado regionalmente no âmbito do roteiro “Caminhos do Alto Vale” e que municípios trabalham em conjunto, como Ibirama, José Boiteux e Presidente Getúlio, que tem “nove opções de roteiro”. Ituporanga e Petrolândia trabalham juntos e Atalanta, Agrolândia e Trombudo Central pensam em fazê-lo (ENTREVISTADO M, 2020).

Sobre o “Programa Caminhos do Campo” seria “Turismo no Espaço Rural”, como o “Acolhida na Colônia” e que tiveram alguma inspiração, sendo que os programas têm similaridades, com o diferencial importante de que o “Caminhos do Campo” foi pensado para a região “Caminhos do Alto Vale” e é desenvolvido em bases locais, não onerando os participantes (ENTREVISTADO M, 2020).

A AMAVI utilizaria recursos de sua receita habitual, não tendo custo adicional aos municípios. “Trabalha-se com o que se tem”: contando com o apoio da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e da Vigilância Sanitária. O Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) presta assessoria e capacitações, tendo a possibilidade de fazê-lo de forma gratuita, pois já recebe fundos do Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), e se precisassem de assessorias externas, isso acabaria onerando. A atual configuração permitiria que fosse dada continuidade ao Projeto em curto, médio e longo prazo (ENTREVISTADO M, 2020).

Presidente Getúlio seria o município polo/ indutor do Programa com vinte e duas famílias no: “Caminhos do Campo”. Teria, além disso, muitas cachoeiras catalogadas, lixeiras, guias, uma secretaria de turismo ativa (com turismóloga), um site organizado e um roteiro de cicloturismo (ENTREVISTADO M, 2020).

A partir do momento que se faça o trabalho de organizar, orientar, capacitar para que funcione um roteiro municipal e que este se consolide razoavelmente, pode-se passar para níveis que transcendam as fronteiras dos municípios e regionaliza-se. Pouso Redondo, não teria gestão pública nem em turismo nem em cultura e é por esse motivo que não existe inventário cultural, como outros dezenove municípios têm, podendo ser visualizados no site da AMAVI. Esses seriam alguns dos motivos principais que fazem com que Pouso Redondo possa até ter muito potencial, mas acaba que “produtos”, de fato, têm muito poucos (ENTREVISTADO M, 2020).

Obteve-se, por essa fonte, a informação de que seria implantado um circuito de “cicloturismo” que vai das “fontes à foz do rio Itajaí-açu” (contornando boa parte de sua extensão), de Taió a Navegantes, podendo ser feito de maneira inversa para praticantes de

ciclismo que suportem a questão de maior altimetria. Seria um pernoite em Taió, seguindo para Rio do Oeste até Presidente Getúlio (com pernoite) e depois para Ascurra, (com provável pernoite em Indaial), passando por Pomerode, Blumenau (Vila Itoupava), finalizando em Navegantes, num total de 282 km, com percurso de cerca de 60 km/dia. Tratar-se-ia de novo circuito da “*Biketour* Vale Europeu” e englobaria as três regiões turísticas do Vale do Itajaí (“Caminhos do Alto Vale”; “Vale Europeu”; “Costa Verde e Mar”).

Pouso Redondo, não estaria incluído na Rota supramencionada, mas, segundo informações conseguidas junto à prefeitura, contaria com mil duzentos e oitenta quilômetros de estradas municipais, não considerando as rodovias federais e estaduais. Ocorrendo melhor delimitação de atrações, poder-se-ia pensar também em rotas de cicloturismo municipais ou integradas a outras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas revelam que para a gestão municipal é preciso partir praticamente do “zero” no quesito “turismo em Pouso Redondo” e foi citada recorrentemente a necessidade de orientação e capacitações sobre o assunto.

Potencialidades existiriam para vários entrevistados, contudo, os desafios vão desde o não conhecimento e/ou não consideração delas até a não existência de políticas públicas e/ou iniciativas privadas ou comunitárias para que possam vir a tornar-se realidade.

Em termos políticos, o turismo ainda não é encarado como uma alternativa a ser seriamente considerada, muito embora apareça de maneira diferente no Plano Diretor do município.

A política figura entre as “dimensões da sustentabilidade”, associada à apropriação dos direitos humanos e à capacidade do Estado de executar o projeto nacional em parceria com a iniciativa privada. A dimensão política está diretamente relacionada ao conceito de governança, considerado característica fundamental para o desenvolvimento, englobando formas de gestão democrática, que envolvam o poder público, a iniciativa privada e “representantes da sociedade civil organizada” (SACHS, 2002; 2004). Uma questão que surgiria, provavelmente, seria a pouca organização social ou comunitária. Esse “terceiro elemento de poder” aparentemente é quase inexistente no local e teria que haver um trabalho para alavancá-lo e daí pensar em termos de governança em si, o que pressupõe todo um trabalho organizativo.

A sustentabilidade é uma opção política: é preciso existir uma definição no sentido da ação para que sejam implantados estilos de desenvolvimento que se coadunem com princípios sustentáveis, que se considere que a ética esteja presente na definição de

políticas, portanto, não são escolhas neutras, mas comprometidas com a sustentabilidade. Tais escolhas serão efetivamente implantadas e efetivadas via ação administrativa: escolher os melhores meios e procedimentos para que o desenvolvimento em moldes sustentáveis ocorra de fato em contextos concretos (MANTOVANELI JR; FREY, 2015).

O turismo incipiente, como é em Pouso Redondo, pode abrir uma série de oportunidades de complementação e geração de trabalho e renda, repercutindo, em melhoria na qualidade de vida. As atividades turísticas diretas e indiretas devem ser sustentáveis também economicamente, viáveis, lucrativas e eficientes.

A dimensão econômica propõe o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado (SACHS, 2002), no qual a viabilidade econômica se dá mediante a “alocação e gestão mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados” (SACHS, 1993, p.25).

Mas, deve-se ir além, considerando-se que a dimensão social está diretamente relacionada a um tipo de desenvolvimento diferente daquele que se relaciona exclusivamente ao crescimento econômico. Nesta dimensão, o desenvolvimento está associado a uma visão direcionada ao que se pode considerar uma boa sociedade. E, nesse sentido, importante papel cabe a uma distribuição justa de renda e bens e de igualdade de acesso a recursos e serviços sociais, visando reduzir diferenças na qualidade de vida entre ricos e pobres (SACHS, 1993; 2002; 2007).

Para pensar em maior envolvimento social seria preciso raciocinar em termos de criação deliberada de uma rede de recepção, hospedagem, guias, seguranças, transporte, comércio e prestação de serviços. Aí, poderia estar englobado o engajamento das populações onde se encontram atrativos, para diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos.

Buscar maior desenvolvimento, interação e integração social: isso implica também que vozes, antes não ouvidas, possam se fazer escutar. Ao perceber que, de fato, participam de maneira efetiva no processo de desenvolvimento, as comunidades tendem a engajar-se nele, desenvolvem conhecimentos que antes não tinham, aprendem a trabalhar cooperativamente, exercem a capacidade humana de “fazer escolhas”, além de oferecer uma visão das peculiaridades locais, importantes para o sucesso de políticas de desenvolvimento que, de outra maneira, não seriam levadas em conta (EVANS, 2003).

Oportuniza-se mais eficiência na alocação de recursos, que com o engajamento das pessoas acompanhando o processo podem ajudar na fiscalização para que decisões tomadas conjuntamente sejam realizadas, corrigir rotas e dificultar/impedir desvios de propósitos e/ou de recursos. Deve-se ter em mente, que se forem seguidos preceitos da democracia participativo/deliberativa, consideram-se não só valores econômicos, mas outros

valores, que resgatam capacidades e potencialidades humanas de maneira mais ampla, abrindo canais de inclusão social e participação (EVANS, 2003).

Os empreendimentos turísticos mencionados nas entrevistas e outros descobertos no curso do trabalho são objeto da próxima fase da pesquisa. Em tal etapa, busca-se inventariar os atrativos de Pouso Redondo para implantação de turismo de natureza e analisá-los a partir das dimensões da sustentabilidade mencionadas por Ignacy Sachs em suas obras. O resultado da investigação em sua integralidade oferecerá subsídios para propor alternativas de desenvolvimento turístico no município.

REFERÊNCIAS

AMAVI. **Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí**. Disponível em: <https://www.amavi.org.br/municipios-associados/perfil/pouso-redondo>. Acesso em 03.02.2020.

CRISTOFOLINI, Evacir Renato. **Pouso Redondo: nossa história, nossa gente**. Rio do Sul: Nova Era, 2000.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DENCKER. Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 2007.

ENTREVISTADO A. Entrevista concedida ao autor. Pouso Redondo, 29 jul. 2020.

ENTREVISTADO B. Entrevista concedida ao autor. Pouso Redondo, 29 jul. 2020.

ENTREVISTADO C. Entrevista concedida ao autor. Pouso Redondo, 29 jul. 2020.

ENTREVISTADO D. Entrevista concedida ao autor. Pouso Redondo, 29 jul.2020.

ENTREVISTADO E. Entrevista concedida ao autor. Pouso Redondo, 24 set. 2020.

ENTREVISTADO F. Entrevista concedida ao autor. Pouso Redondo, 28 jul. 2020.

ENTREVISTADO G. Entrevista concedida ao autor. Pouso Redondo, 24 set. 2020.

ENTREVISTADO H. Entrevista concedida ao autor. Pouso Redondo, 29 jul. 2020.

ENTREVISTADO I. Entrevista concedida ao autor. Pouso Redondo, 30 jul. 2020.

ENTREVISTADO J. Entrevista concedida ao autor. Pouso Redondo, 08 set. 2020.

ENTREVISTADO K. Entrevista concedida ao autor. Pouso Redondo, 31 jul.2020.

ENTREVISTADO L. Entrevista concedida ao autor. Pouso Redondo, 31 jul. 2020.

ENTREVISTADO M. Entrevista concedida ao autor. Pouso Redondo, 04 ago. 2020.

EVANS, Peter. Além da "Monocultura Institucional": instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 9, Jan. 2003. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/download/5869/3464> . Acesso em 26/02/2021.

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade do Turismo; Conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr/2012, Taubaté, SP, Brasil.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pouso-redondo/panorama>. Acesso em 03.02.2020.

MANTOVANELI JR., Oklinger e FREY, Klaus. O Político e o Administrativo como Dimensões de Sustentabilidade: anotações para agenda de pesquisa no enfoque político processual. **ANAIS do 7º. Encontro Nacional da ANPPAS – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade**. Brasília, DF, 2015.

POUSO REDONDO, Prefeitura Municipal de. **Estrutura de governo**. Disponível em: <https://www.pousoredondo.sc.gov.br/estruturaorganizacional/index/index/codMapaltem/103904>. Acesso em: 04.02.2020.

POUSO REDONDO. **Plano Diretor Participativo**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/p/pouso-redondo/lei-complementar/2009/0/2/lei-complementar-n-2-2009-institui-o-plano-diretor-participativo-de-pouso-redondo-sc-e-das-outras-providencias>. Acesso em 05.07.2020

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.